

# O ESPECTRO

*Admonet in somnis et turbida terret imago.*  
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

Lisboa, 10 de maio

O partido popular não pediu a intervenção, não a quer, rejeita-a. Tem força para restituir o socego ao paiz, e para sustentar as liberdades publicas.

A insurreição contra um poder illegitimo é legitima. A côrte suspendendo a carta em 6 de outubro não podia esperar do povo senão a guerra. N'este duello de morte um dos contendores devia necessariamente morrer.

A lei fundamental do estado auctorisa o poder moderador a suspender algumas (note-se bem *algumas*) das garantias individuaes, mas só no caso de rebellião ou invasão de inimigos. Nenhum dos casos se dava, e assim o poder moderador infringiu a carta. A insurreição contra a infracção da carta é a observancia da mesma carta.

Fez-se mais—suspendeu-se toda a carta, e a rainha assumiu o poder absoluto. Rasgando-se assim a carta, não se podem hoje invocar as disposições d'ella que são favoraveis. A inviolabilidade não pôde subsistir depois da destruição da lei que a estabelece. Se assim não fôra D. Miguel seria punido sem rasão, e a dynastia de Orleans seria illegitima.

Um rei que não respeita os direitos do povo não pode exigir que o povo respeite os d'elle; um rei que deporta sem sentença, que fuzila sem processo, que suspende a carta, não pôde invocar nenhuma das disposições do codigo que infringio. Seria isso o *ser e não ser ao mesmo tempo*. — Se houvesse povo que tal soffresse, esse povo seria indigno.

Assim é que as cousas teem sido, e assim o foram em todos os tempos. A Europa assim o entendeu, e por isso toda ella está a nosso favor.

O partido absolutista recorreu á intervenção, e foi-lhe negada. Concedem-lhe o que elle finge não querer, mas pelo que suspira. A côrte abraça-a como um dom do Céu, o faz supplicas

fervorosas para que vingue qualquer mediação que lhe deixe, senão a honra, papança pelo menos.

Para nós o melhor é que nos deixem com os inimigos. Assim arranjamemos melhor as nossas cousas. Ambos os partidos ficam descontentes com a interferencia, e pensarão que venciam se os deixassem combater. Não teremos paz, teremos treguas, ou despotismo. A guerra pois que nos ha de trazer a liberdade vale mais, que toda a paz do despotismo.

Vemos hoje com prazer no *Diario* e nos folhetos cabralistas que a junta do Porto não acceita as propostas. Não as deve acceitar uma vez que não se dêem garantias ao povo. O arsenal cabralista não gosta das mesmas propostas; quer a intervenção, mas a intervenção para elle é uma força estrangeira que venha por ahi dentro esmagar a junta do Porto, e fazer ministros o José Cabral, Sousa Azevedo, Perna de Pau e Castilho. Vamos transcrever alguns trechos d'um papel que por ahi corre espalhado pela gente do governo, no qual se lêem cousas curiosas. Diz elle:

«Tratou-se com a Inglaterra uma intervenção que a serem exactas (como cremos) as informações que temos d'ella, não pôde ser approvada de nenhum portuguez que sinta palpitar-lhe no peito ainda a honra do decóro nacional! E tratou-se com a Inglaterra tão vergonhosa e infamante intervenção, rejeitando-se anteriormente o auxilio generoso e incondicional, que nos offerencia a Hespanha.

«A Inglaterra não procede nem procedeu nunca generosamente, porque a Inglaterra não tem a peito senão vingar-se da Hespanha, e da França, e lucrar vantagens commerciaes. A Inglaterra por tanto *impoz-nos* uma intervenção intoleravel, porque realisada ella, tem á mão alavanca infallivel para revolucionar a Hespanha, e por este meio separal a da França: assim a Inglaterra vingar-se-ha.

«Porém a Inglaterra não limita a este unico

ponto os seus perigosos calculos; intenta asse-nhorear-se de nós para fazer reviver o ominoso tratado de 1840.

«É por isso que, sendo muito duvidoso se os chefes dos rebeldes poderão obrigar a acceitar a intervenção ás massas que os seguem—desarmar os corpos—atraiçoar o partido miguelista, ao qual tanto devem, e que fica fóra da lei, nada se tem feito para continuar a guerra com efficacia e probabilidade de bom resultado.

«E que significa isto senão que o espirito da mais traidora deslealdade presidiu á redacção, negociação, e acceitação das infames propostas convencionadas? Se assim não é porque razão sendo mais que provavel que a junta do Porto se verá obrigada a rejeitar a amnistia, não se tomam nem previnem desde já as providencias convenientes para o caso da constinuação da guerra?

«E' por isso que se tem tratado de desgostar o gabinete de Madrid. Procura-se separal-o a todo o custo do gabinete portuguez, porque mais faceis são ambos de vencer logo que estejam entre si desunidos.

«E' por isso que se illaqueou a boa fé d'uma alta personagem, que occupa tão distincto logar ao pé da rainha, e não houve indignidade que não se commettesse até conseguir allucina-la, expondo-a á animadversão dos homens portuguezes de todos os partidos.

«Finalmente é de absoluta necessidade que se os rebeldes se sujeitam, tudo esteja prevenido para que não possam subtrahir-se á execução das condições a que ficam obrigados, e se não se sujeitam, que estejam definitivamente reguladas as convenções estipuladas com a Inglaterra para os reduzir immediatamente á obediencia da rainha.»

Eis-ahi a conclusão dos valentes—venha a Inglaterra bater os liberaes já que os cabralistas não pódem! E apesar de serem deshonoras as propostas acceitam-nas! Que importa que ellas custem o ominoso tratado de 1810?

O que é verdade de tudo isto é que a alta personagem (o rei) está exposta á animadversão de todos os portuguezes!!!

A junta nem quer amnistia, nem a acceita: a amnistia não é para os do Porto, é para os tratificantes de 6 de outubro. E' assim que se deve entender. A amnistia é para a junta esquecer o passado, mas tambem isso ha de ter suas restricções. A amnistia serve para salvar as cabeças dos cabralistas, e nada mais. Tudo o que não fôr isto não é acceitavel.

A Inglaterra não póde querer outra coisa porque tem contra si o parlamento e a imprensa. A intervenção é rejeitada por nacionaes e estranhos, e o gabinete inglez é muito illustrado para contrariar as tendencias da época favorecendo a causa do mais infame despotismo.

O partido popular, seja qual fôr o resultado da contenda, não sacrificará ao medo a sua

honra, e folgamos de ver que até os nossos inimigos nos fazem justiça.

Dos nossos correspondentes do Porto recebemos as seguintes noticias:

«Porto 29 de abril ás 2 da tarde.—A corveta *Oito de Julho* apresentou-se á junta no dia 27. A guarnição revolucionou-se e prendeu os officiaes. Consta que o vapor *Royal Tar* fôra agarrado pelo *Mindello*. O Casal retirou de Traz-os-Montes para a Beira, passou o Douro na Régua, parou em Lamego e mandou o Lapa para Castro Daire. A columna do conde das Povoas está na Régua e Mezão Frio. O barão de Friamunde marchou com alguns batalhões para o interior da provincia; parece que a guarnição facciosa de Chaves abandonára este ponto, dirigindo-se para Bragança. De Traz os-Montes tem vindo muita gente engrossar as fileiras dos nossos batalhões.

«João Carlos de Saldanha occupa as mesmas posições, tem-lhe faltado alguns correios, e as communicações telegraphicas tambem. Diz-se que fôra chamado a Lisboa, porém que em um conselho fôra decidido o não ir sem levar a divisão, e parece que fôra esta a resposta que foi mandada para Lisboa.

«A nossa força augmenta consideravelmente todos os dias; estão em organização alguns corpos de linha que em poucos dias estarão promptos. Esperam-se com anciedade noticias do Sul.»

«Idem 29.—Não tenho noticias de importantes operações militares a contar-lhe, supposto que o Povoas já marchou sobre a Régua, e deve estar a passar o Douro, porém o estado do exercito aqui é pasmoso. Na ultima parada reuniu-se um concurso de pessoas como raras vezes se vê, e toda a gente ficou pasmada de ver caçadores 1 e caçadores 8, formados de novo, e tão bem arranjados, e promptos como se foram corpos de soldados velhos: n'isso com effeito é incomparavel o marechal.—O Povoas levou perto de 4:000 homens, e na ultima parada estavam perto de outros tantos, fóra muitos corpos populares. O batalhão da Extremadura rivalisa com os nossos melhores corpos de caçadores.

«Com effeito a corveta *Oito de Julho* resolveu-se a vir para o serviço da nação; a marinhagem, e soldados do naval prenderam 12 officiaes, e entraram a barra. Não lhes pagavam desde outubro! Quando se revolucionaram, o commandante para ver se os aquietava lembrou-lhes, que a fragata rebocada pelo vapor podia agarral-os: a isto responderam — «Não tenha receio, se nos virmos em perigo deitaremos o fogo ao paiol da polvora, e não cahiremos nas mãos do inimigo.» Tal era a vontade dos taes amigos.

«O negocio da intervenção hespanhola é hoje o objecto da attenção geral—se a França quer a guerra geral então o caso póde ser sério, mas eu não creio que uma nação que tem tantas fabricas, tantos caminhos de ferro, e uma dynastia só conservavel pela paz deseje a guerra.—Se o ministro hespanhol decidiu o negocio por sua cabeça não passa de asneira, e gallegada; de accordo com os inglezes não acredite.»

«Idem, 1 de maio ás 3 da tarde.—Chaves foi occupada pelas forças do barão de Freamunde retirando a guarnição na direcção de Bragança e os empregados civis para Varsim. A columna do conde das Povoas guarnece a margem direita do Douro, Casal a esquerda. O Barreiros foi a Lamego porém foi chamado ao quartel general do Saldanha talvez para tomar o commando. A fragata e brigue que estava no bloqueio navegaram para o Sul, diz-se que estão na Figueira, póde bem ser que esperem para levar tropa. A noticia do *Royal-Tar* fez grande impressão no acampamento Saldanhista e muito maior a deserção da corveta. Ainda se não sabe como foi recebida a demissão do Saldanha de ministro.

«A junta está resolvida a sustentar o seu programma.—Conto que o sustentará, e que sómente cederá diante da força.

«Foi recebida com completo desprezo a noticia da mudança ministerial.»

«Idem, 29.—O brigadeiro realista José Marcellino foi batido por parte do batalhão do Alto Minho: e este brigadeiro, e varios officiaes ficaram prisioneiros. Apreendeu-se-lhe correspondencia importante. Parece que o homem era miguelista estreme. O padre João do Cano, successor do padre Cazimiro, tambem foi batido pelos batalhões de Fafe e Guimarães—Nos conselhos lemitrophes da Galliza ha esta enfermidade, que com a pancadaria que tem levado, esperamos que decline. Todo o Minho está na obediencia da junta, excepto o castello de Viana e praça de Valença. Almargem continúa em volta do castello com o 7 de caçadores, 1.º batalhão do 6 de infantaria, batalhões de Aveiro, Barcellos e Alto Minho—1:500 a 1:600 praças. A esquadra foi com grande estrepito para metter viveres no castello; mettuu uma catraia com alguns viveres que os sitiantes dizem ser poucos. O fogo foi vivo, e tivemos alguns soldados feridos na praia.

«Povoas, Guedes, Fréamunde, Rebocho e Cesar estão em Traz-os-Montes com 4:300 homens, a saber o 3 de fuzileiros (hoje 9 de infantaria) e 7 e 12 de infantaria, 2 de caçadores, 5 da legião, os batalhões transmontanos, (6.º e 7.º da legião), os batalhões da Beira, chamados 1.º e 2.º do Povoas, 200 cavallos, e artilharia de campanha, e a guerrilha de Justiniano. Guedes é o governador da provincia, Fréamunde commanda uma columna volante sobre Chaves, e Julio do Carvalho, chefe de estado maior do

Guedes, outra no centro da provincia: Povoas, Cesar e Rebocho estão na margem do Douro correspondente a Traz-os-Montes.—Na margem correspondente ao Minho está o resto da divisão do Fréamunde, e o batalhão do Mondego. O resto da força com Antas está no Porto.

«Entrou aqui a corveta do bloqueio *Oito de Julho* tendo a tripulação prendido os officiaes, que estão na relação. Isto produziu grande contentamento. Estão em organização o 1.º e 2.º de caçadores, 2.º de fuzileiros (hoje 3) que estão já bem bonitos. A junta adoptou medidas a respeito dos males do Douro, das quaes hade tirar recursos. Vai libertar os vapores que entram no Porto de todo o direito de tonelagem, o que será muito vantajoso para fazer o commercio. O milho está aqui a 440 rs. Consta que Saldanha fôra chamado a Lisboa, mas que elle só quer ir com a sua divisão. A respeito dos hespanhoes não cremos na intervenção, mas se vierem estamos resolvidos a dar-lhes fogo rijo.»

Recebemos folhas do Porto até 29 do passado.—A junta querendo premiar condignamente os serviços prestados ao paiz em defesa da liberdade, creou uma companhia de veteranos na fortaleza da serra do Pilar, á qual serão de direito e exclusivamente demettidos, quando o requererem, os officiaes do exercito, e corpos nacionaes, assim como as praças de pret, impossibilitados do serviço por ferimento em combate. Os officiaes receberão o soldo que tinham na effectividade do serviço, e as praças de pret perceberão vinte réis diarios sobre os vencimentos por lei estabelecidos para os veteranos.

O governador civil de Braga dá parte de ter sido batido pelo batalhão de Fafe a guerrilha do padre João, successor do padre Casimiro, a qual dispersou, deixando quatro mortos no campo, e em poder das forças liberaes cinco armas caçadeiras e cinco prisioneiros.

Tinham sahido do Porto para o Minho, Traz-os-Montes e Beira Alta os diversos empregados que existiam n'esta cidade.

Por participações officiaes sabia-se que a guerrilha miguelista do intitulado brigadeiro José Marcellino fôra no dia vinte e dois de abril completamente destroçada por uma força de cinquenta voluntarios do batalhão do Alto Minho, junto á ponte de Villa Nova, na freguezia de Pias, concelho de Monsão; ficando prisioneiro o mesmo Marcellino, um capitão, um alferes, dois sargentos, e cinco soldados. O numero dos mortos não se sabia ainda por ter terminado o fogo já bastante de noite. O inimigo deixou em poder das forças da junta uma caixa de guerra, uma corneta, algumas armas, a secretaria, e quatro cavallos.

Tambem se sabia oficialmente que as forças do commando do Justiniano tinham batido o regimento 9, que marchava na rectaguarda da

columna do Lapa, quando esta retirava de Lamego para Castro Daire; ficando em poder dos populares um cavallo, dois armamentos, fardas, capotes, e varios outros objectos. O inimigo teve um soldado prisioneiro e dois mortos.

Por officios do general commandante da 5.<sup>a</sup> divisão militar constava que José Cabral Teixeira de Moraes, governador civil de Villa Real pelo governo de Lisboa, e alguns empregados publicos da mesma villa estavam no dia 24 a sahir para Verim, na Galliza, e que a guarnição d'esta praça se retirava para Bragança. Participa o dito general que no mesmo dia 24 tinham passado junto a Villa Pouca mais de quarenta homens desertados de Chaves para o Porto.

Continuava a deserção das forças do governo de Lisboa para as do exercito liberal.

---

Pelo decreto da criação do banco de Portugal destinaram-se dezoito contos de réis mensaes para amortisação das notas, em março elevou-se esta somma a cincoenta contos. Agora saibam quantos este virem que nem os 18 nem os 50 se pagaram!!

---

O ministro da fazenda pediu com a maior instancia á direcção do denominado banco um outro empréstimo de quarenta contos de réis em notas, por se achar o governo falho absolutamente de todos os meios de existencia.—Houve uma reunião extraordinaria da direcção a semana passada, e depois de muito se discutir, concluíram os collegas do Augusto Xavier que não podiam emprestar cousa alguma, porque o banco se devia considerar a pedir esmola.

Acabamos de saber agora positivamente que amanhã (11) haverá uma reunião geral dos accionistas do *denominado banco* na qual a direcção deverá apresentar uma proposta do governo pedindo como empréstimo ao mesmo banco duzentos e cincoenta contos de réis, offerecendo para seu pagamento uma quantia de incertissima cobrança de decima e outros impostos.

---

N'um jornal do Rio de Janeiro a *Sentinella da Monarchia* de 27 de janeiro ultimo deparámos com um artigo, transcripto de outro jornal de Paris, que, por dizer respeito á nossa presente lucta, tambem o transcreveremos. Não é só na Europa onde se avalia devidamente a causa popular, e o procedimento da côrte. Taes idéas já passaram o Atlantico, e são colhidas como o deviam ser pela imprensa brazileira digna defensora da liberdade legal. Eil-o ahi:

«A rainha D. Maria, depois de ter dado vinte golpes d'estado queremos dizer, depois de ter soffocado a liberdade individual, acabando com a liberdade da imprensa, creado tribunaes extraordinarios, despedido as côrtes, proclamando a lei marcial e suspendido a constituição, reclama agora da Hespanha, e da Inglaterra, e seguramente tambem da França, as consequencias do tractado da quadrupla alliança.

A rainha D. Maria engana-se singularmente no nosso entender. A Hespanha, a Inglaterra e a França trataram com Portugal livre, com a rainha constitucional d'esta nação; mas nenhuma obrigação contrahiram com o despota de saia, que governa em Lisboa.

«Quaesquer que sejam as inclinações secretas dos governos filhos de uma revolução para os governos homogeneos, a Hespanha e a Inglaterra, mas sobre tudo a França, não se tem constituido os aguazis dos povos; e os carcereiros da Europa absolutista. Antes de executar os tratados que as ligam a Portugal, as tres potencias procederam logicamente recommendado a D. Maria que torne a ler os artigos que lhe impõe obrigações para com a Hespanha, a Inglaterra e a França.

«A quem se deve soccorro e protecção?—A Portugal constitucional, á rainha nacional, ás liberdades reconhecidas e proclamadas. Se approuver a D. Maria derribar a constituição do seu paiz para constituir-se soberana absoluta, as tres potencias nada teem que intervir entre o povo portuguez e ella. D. Maria joga a sua coroa pela tyrannia; a entrada convem-lhe, ninguém tem que metter-se n'esse jogo. Se d'outra maneira fosse o direito de intervenção tornar-se-ia o direito publico das nações dos soberanos, e não poderiamos empregal-os em sancionar o effeito tambem para connosco. Tudo então de novo seria posto em questão.

«D. Maria não podia pretender o appoio das tres potencias signatarias senão mantendo escrupulosamente os direitos das côrtes e as liberdades do povo portuguez. Só n'este caso ser-nos-ia talvez permitido, na qualidade de mediadores da revolução portugueza, ir em auxilio da rainha constitucional de Portugal. Se D. Maria se tivesse limitado religiosamente á constituição, seria possivel protegel-a contra os novos revolucionarios que d'ella se affastavam; mas no momento em que a filha de D. Pedro se colloca na posição de rainha despotica, nada mais lhe devemos que um asylo, no caso de justa perda do throno.

«Em logar pois, de armar uma esquadra basta-nos mandar preparar o palacio de Elyseo Bourbon. A isto deve limitar-se, com effeito, a politica do governo, que, de outra maneira, tomaria sobre si uma responsabilidade cujas consequencias e effeitos ninguém poderia prever, nem calcular.